

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS COMO CONSELHEIRAS/OS EM CONSELHOS MUNICIPAIS DE POLÍTICAS SOCIAIS E DE DIREITOS NO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ

José Lucas Januário de Menezes¹

Lorena Ferreira Portes²

RESUMO

O presente artigo trata da inserção de assistentes sociais enquanto conselheiras/os, nos variados Conselhos Municipais de Políticas Sociais e de Direitos na microrregião do NUCRESS de Cornélio Procópio, localizado no Norte Pioneiro do Paraná. Inicialmente, buscamos refletir sobre as políticas sociais e os espaços de controle social criados a partir da Constituição de 1988 para então, apresentarmos um breve panorama do mapeamento realizado, bem como algumas considerações acerca da pesquisa em construção.

Palavras-chave: Controle Social. Conselhos. Assistente Social
Conselheira/o.

ABSTRACT

This article deals with the inclusion of social workers as advisors in the various Municipal Councils for Social Policies and Rights in the NUCRESS micro-region of Cornélio Procópio, located in the Pioneiro North of Paraná. Initially, we seek to reflect on the social policies and spaces of social control created from the 1988 Constitution, and then present a brief overview of the mapping carried out, as well as some considerations about the research under construction.

Keywords: Social Control. Council. Counselor Social Worker.

¹ Assistente Social, formado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, mestrando em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. E-mail: lucasjanuario.as@gmail.com

² Assistente Social. Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Professora do Departamento de Serviço Social da UEL. E-mail: lorenafportes@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

A discussão a respeito dos espaços de controle social sempre esteve na pauta do Serviço Social brasileiro, com especial destaque para a atuação das entidades representativas das/dos assistentes sociais que desde o processo de luta pela redemocratização se colocaram em defesa das liberdades democráticas, comprometidas com o aprimoramento dos espaços de participação social que foram inaugurados a partir da Constituição de 1988.

Entendendo que os espaços de conselhos municipais de políticas sociais e de direitos são, para além de um importante espaço de articulação e construção das políticas a nível municipal, um espaço sócio-ocupacional de atuação de assistentes sociais, que podem se vincular a esses espaços por meio de assessoria e consultoria aos conselhos e órgãos gestores, como também enquanto conselheiras, eleitas/os para representar diferentes segmentos, sendo esse último o objeto de análise do presente artigo.

Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo principal apresentar de forma introdutória os resultados preliminares de um mapeamento realizado em 20 municípios de pequeno porte, localizados no norte pioneiro do estado do Paraná, na microrregião correspondente ao NUCRESS de Cornélio Procópio.

Para que seja possível alcançar o objetivo principal, discorreremos na primeira parte desse artigo acerca da concepção de Políticas Sociais e os espaços de controle social, implementados à luz da Constituição Federal de 1988. E na sequência, os resultados preliminares do mapeamento, apresentando informações gerais acerca da inserção das/os assistentes sociais enquanto conselheiras, nos diversos conselhos municipais de políticas sociais e de direitos.

O principal desafio deste trabalho é apresentar o cenário dos espaços de conselhos municipais de políticas sociais e de direitos não restringindo a uma política social ou direito, para que seja possível demonstrar a dupla inserção das/dos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

assistentes sociais nesses municípios de pequeno porte, sendo muitas vezes a única profissional do Serviço Social a ocupar os espaços de conselhos.

2 CONTROLE SOCIAL E AS POLÍTICAS SOCIAIS

O termo controle social é passível de diversas interpretações, assim como apresentado por Correia (2000), há o entendimento a respeito do controle da coletividade sobre os indivíduos, a autora discorre que o termo também pode ser entendido como o controle realizado pelo Estado sob a sociedade por meio das suas instituições. Há ainda o entendimento de que o controle social se refere a capacidade da sociedade civil de realizar incidências na gestão pública. E é a partir dessa última perspectiva que faremos algumas considerações acerca do controle social.

Dessa forma, há o entendimento que o conjunto da sociedade é quem financia o Estado e é então a própria população que deve decidir sobre o direcionamento do recurso público, assim como a definição de prioridades, considerando o recurso disponível. Nessa lógica, o controle realizado pela população pode interferir diretamente na direção dada para a construção das políticas sociais. Sobre essa questão, Correia apresenta que

A população organizada, utilizando-se de mecanismos de controle social, poderá interferir para que o fundo público se reverta cada vez mais em gastos sociais com bens e serviços públicos que não buscam o lucro, impedindo, ou ao menos resistindo, a conversão crescente desse fundo público em argamassa para o capital na busca do lucro, ao ser aplicado para beneficiar a rede privada (CORREIA, 2000, p. 54).

É necessário destacar, que conforme observamos no movimento da realidade, esse controle social não se concretizou de maneira a garantir uma efetividade e permanência das decisões e/ou interesses da sociedade civil em detrimento dos interesses da classe dominante, a qual tem no Estado, o seu comitê executivo, porém, não há como descartar todos os avanços que foram conquistados pela sociedade civil organizada com a efervescência do debate a respeito do controle social a partir do último quartel do século XX.

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A partir do processo de ditadura que teve início com o golpe empresarial militar no Brasil, em 1964, as forças populares, representadas pelos mais diversos movimentos sociais: movimento sindical, movimento estudantil, entre outros, tiveram suas organizações diretamente atacadas e desmobilizadas, passando a atuar na clandestinidade. Nesse período

o controle social passou a ser exercido exclusivamente pelo Estado sobre a sociedade, pois as possibilidades de participação popular foram suprimidas da cena política e as pressões populares, tratadas com repressão (CORREIA, 2000, p. 57).

Na década seguinte, a partir da organização frente a repressão do Estado, conduzido pelos militares, para atender aos interesses do grande capital, os movimentos sociais passam a ter maior condição de se organizar e construir possibilidades de alteração do regime ditatorial.

Nesse íterim, o controle social também era construído, Raichelis aponta que esse tema “emerge exatamente no contexto dos anos de 1970/80, na luta contra a ditadura e a autocracia burguesa que se instala no Brasil a partir do golpe de 1964” (RAICHELIS, 2011, p. 20).

Nesse mesmo contexto, é possível observar esforços a nível municipal para a realização da gestão pública com experiências de participação da população, sendo um importante movimento de resistência ao processo de aprofundamento da repressão e autoritarismo. É nessa encruzilhada que

O controle social passa a existir, como possibilidade de os movimentos sociais influenciarem as políticas públicas de forma que estas atendam às suas demandas, durante o processo de democratização do país, em que a descentralização é tema central, contraposto ao processo de centralização do Estado durante a ditadura (CORREIA, 2000, p. 55).

Saímos de um processo de intensa repressão, com criminalização dos movimentos sociais e organizações coletivas que tivessem como pauta os direitos pelas liberdades democráticas, para uma maior organização dos movimentos sociais, mas que se aglutinaram em torno da proposta da construção de um projeto em disputa de país.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



É então ao final dos anos 1970, com o fim do “milagre econômico” e o aprofundamento das crises cíclicas do capitalismo monopolista, que tem início um processo de abertura política democrática e há o ressurgimento dos movimentos populares e sindicais (Correia, 2000). Corroborando com tal afirmação, Duriguetto (2009) vai apresentar que nesse mesmo período percebe-se um adensamento e uma proliferação dos movimentos e organizações sociais, com especial destaque para as grandes cidades.

Assim como em todo o processo histórico da sociedade, não houve um consenso entre os movimentos a respeito dessa articulação que passava a ser construída com o Estado, em diferentes esferas. Correia apresenta que tiveram duas principais vertentes que foram preponderantes para a relação entre os movimentos sociais e o Estado, na primeira

O Estado é considerado um instrumento monolítico da classe dominante, de caráter autoritário e coercitivo, o seu sistema institucional é visto como instrumento de repressão e controle dos movimentos populares; por isso, assumem uma prática de autonomia e independência “de costas para o Estado”. A segunda vertente admite uma interação entre os movimentos populares e o Estado. Considera que o Estado tem um papel importante na reprodução da força de trabalho, por fornecer subsídios mínimos para a sua manutenção por meio da implementação de políticas públicas e facilitar o consumo de bens e serviços coletivos para o trabalhador (CORREIA, 2000, p. 58).

A autora afirma ainda, a partir do estudo realizado por Jacobi (1989), em que analisa as relações entre Estado e movimento social urbano no que se refere à discussão do saneamento básico e da saúde no período de 1974 a 1984, que os movimentos sociais fizeram opção pela segunda vertente, passando a ocupar esses espaços de participação e mudar a postura frente ao Estado.

Avançando na história, temos no processo de redemocratização, principalmente a partir da assembleia constituinte

um direcionamento das ações dos movimentos sociais para a institucionalização de suas relações com as agências estatais, vistas como campo estratégico de demandas por direitos de cidadania. Essa estratégia é também visualizada para a ampliação da democracia, que se daria pela criação de canais político-institucionais para que a participação dos cidadãos nos processos de discussão e negociação de políticas públicas,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

especialmente pela criação dos conselhos de direitos (DURIGUETTO et al, 2009, p. 15).

Duriguetto (2009) afirma ainda que é possível perceber nesse processo de mudanças da postura dos movimentos sociais com o Estado, que passaram a fechar parcerias, buscar diálogo, negociação e abandonaram a postura reivindicativa e de confronto.

Sposati (2011) apresenta que a mobilização dos movimentos sociais no final do século XX foi importante para o processo de construção desse novo formato participativo, bem como foram imprescindíveis para que fossem efetivadas as garantias de direitos previstas na Carta Magna aprovada em 1988.

É então a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que novos delineamentos começam a ser traçados para a questão da participação social a nível nacional, sendo reconhecida no texto da lei como direito. Os espaços de conselhos passam a ter um importante papel na gestão das políticas sociais previstas na Constituição e que seriam criadas na sequência.

A visão de controle social inscrita na Constituição Federal vai enfatizar a participação dos setores organizados da sociedade civil, especialmente dos trabalhadores e dos segmentos populares, na elaboração e implementação das políticas públicas, propondo novas relações entre o movimento social e a esfera política institucional (RAICHELIS, 2011, p. 21).

Mesmo com condições limitadas para o seu funcionamento os espaços de controle social tiveram seu crescimento na luta pela transparência na gestão de pleno acesso à internet (SPOSATI, 2011). A autora afirma que esse formato participativo exigiu a descentralização das decisões a respeito da gestão, possibilitando o controle social popular, porém, assim como em todas as oportunidades, o neoliberalismo se aproveitou dessa descentralização para desresponsabilizar o Estado enquanto ente central na condução e promoção das políticas públicas.

O Estado passa a investir na participação da sociedade civil, mas não na direção do controle social na gestão e implementação das políticas sociais como demandado pelos movimentos sociais, mas na direção de transferir para ela o papel de agente do bem-estar social (DURIGUETTO et al, 2009, p. 16).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

É importante destacar que o processo de redemocratização e a Constituinte se deu em um amplo processo de construção coletiva, em um momento de efervescência dos movimentos sociais e organizações vinculadas às lutas da classe trabalhadora, em resposta ao truculento processo que foi a ditadura militar. Porém, conforme podemos observar no movimento da realidade, logo após esse momento de maior incidência dos movimentos sociais, tivemos logo a partir da aprovação da Constituição Federal de 1988 um processo de declínio dessa mobilização.

Os espaços de conselhos, nos moldes em que temos hoje, passaram a ser implantados a partir das elaborações das leis orgânicas das políticas sociais que se iniciaram na década de 1990. Dessa forma, é importante destacar o momento histórico que essa implementação começa a ser feita, pois o Brasil vivia um momento de esvaziamento dos movimentos sociais, regressão de direitos, globalização e mundialização do capital (BRAVO, 2009).

Assim como no processo de redemocratização, as/os assistentes sociais organizadas/os em suas entidades representativas e acadêmicas atuaram de forma expressiva para a efetivação das definições previstas em 1988, tanto na articulação do processo de regulamentação das políticas como também na constituição dos espaços de controle social que eram inaugurados à luz da Carta Magna (RAICHELIS, 2007).

Destacamos a presença do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) na primeira gestão do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) de 1994 a 1996. Esteve na vice-presidência do CNAS, Maria Carmelita Yazbek. Nesse processo de construção, se tornava necessário a presença de variadas forças políticas para o enfrentamento às investidas contrárias às garantias previstas na Constituição de 1988.

Ainda em tempo, cabe destacar que conforme aponta Bravo (2009) ao discorrer sobre a noção de democracia, que essa constitui um processo histórico e está relacionada diretamente à soberania popular. Assim, o que temos a partir da Carta de 1988 é uma vitória parcial com a democracia representativa,

PROMOÇÃO



APOIO



compreendendo que no processo de reprodução capitalista o domínio da classe capitalista é inegável, bem como era percebido desde a retomada democrática uma “clareza sobre os limites dos institutos de representação da democracia liberal para uma efetiva democratização” (RAICHELIS, 2011, p. 20).

Dessa forma, Bravo, aponta que os espaços de Conselho são “lócus do fazer político, como espaços contraditórios, orientados pela democracia participativa, tendo como horizonte a democracia de massas” (BRAVO, 2009, p. 397). Sendo que essa “articulação entre democracia representativa e democracia direta é fundamental para a construção da verdadeira democracia, ou seja, econômica, social e política” (BRAVO, 2011, p. 57).

Tatagiba (2005, p. 209) aponta que “os conselhos são também espelhos que refletem as dimensões contraditórias de que se revestem nossas experiências democráticas recentes”, o que nos aponta para o desafio de analisar essas novas experiências de gestão participativa com a perspectiva de aprimoramento.

Uma outra questão recorrente é a ideia de que esses espaços participativos são de interesse apenas da sociedade civil e não do governo, o que trará rebatimentos de forma direta para a organização, bem como irá demonstrar a devida importância que esses espaços representam no processo de gestão das políticas sociais, pela perspectiva do poder público.

A consideração de que os Conselhos são instâncias de interesse quase que exclusivo da sociedade civil traz como consequência a desqualificação como espaço público, na medida em que o outro, o interlocutor governamental, peça-chave de legitimação desse espaço como mecanismo de articulação e negociação entre governo e sociedade civil, nem sempre está presente e quando está, sua intervenção não é investida de representatividade (RAICHELIS, 2007, p. 205).

Ao analisar os estudos realizados sobre os conselhos gestores de políticas no Paraná, Tatagiba (2005, p. 212) aponta que “os conselhos decidem sobre temas relacionados às políticas públicas, sem debate ou negociação, o que parece sugerir uma forte despolitização dessas instâncias”, sendo que o debate e a negociação nos conselhos têm ficado restrito a imposição unilateral dos interesses do Estado.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Apresentando, no mesmo estudo, a “baixa capacidade de inovação das políticas públicas a partir da participação da sociedade civil nos conselhos” (TATAGIBA, 2005, p. 210)

Raichelis (2007) ao apontar limites e possibilidades para a construção dos conselhos, apresenta que esses são imprescindíveis para as políticas sociais, sendo importante expressão da conquista dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada por esses espaços de participação e ampliação da cidadania, mas aponta também que

os conselhos, é evidente, não são o único conduto de controle social, no âmbito das políticas sociais. Ao contrário, sua efetividade depende de associação a outras formas e forças políticas capazes de potencializar lhes a ação. Não se trata, também de afirmar a prática conselheira como panaceia para o enfrentamento de todas as dificuldades decorrentes do aprofundamento dos processos democráticos, o que exige, com certeza, outras mediações políticas (RAICHELIS, 2007, p.132).

Dessa forma, compreendemos que a participação da sociedade civil organizada na definição e em todo o processo de gestão das políticas sociais se torna elemento central para a construção da democratização das esferas governamentais, mas essa participação por si só não é capaz de resultar em uma efetiva ampliação dos direitos sociais, sendo necessário, conforme apontado anteriormente, a articulação com diferentes setores para que haja encaminhamentos exitosos nesse sentido.

3 DADOS PRELIMINARES DA PESQUISA

Na sequência, apresentaremos um panorama do mapeamento realizado para identificar as/os assistentes sociais inseridas/os como conselheiras/os em espaços de conselhos municipais de políticas sociais e de direitos nos 20 municípios da região do NUCRESS de Cornélio Procópio.

É importante destacar que a escolha do território pela divisão política do CRESS-PR e não pela divisão político-administrativa estadual ocorreu por conta da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

necessidade de aproveitar a organização política que já existe na região em torno dessa instância participativa do Conselho, bem como pensar ações de forma sistematizadas para fortalecer a participação das/os assistentes sociais nessa importante construção.

O CRESS-PR possui em sua estrutura 19 Núcleos regionais descentralizados em todo o estado, denominados NUCRESS, tendo cada núcleo um colegiado eleito em reunião própria, que representa e articula as ações a nível regional. Esses espaços compõem as instâncias de participação do Conselho e é responsável por indicar assistentes sociais para a representação do CRESS-PR junto à conselhos municipais, sendo posteriormente aprovado pelo Conselho Pleno do Conselho Regional, sendo que esse trabalho não se restringe a representação do Conselho.

O NUCRESS de Cornélio Procópio é composto por 20 municípios, todos de pequeno porte I e II, somam juntos 214.220 habitantes, sendo o menor com população estimada de 2.032 e o maior com 47.840 (IBGE, 2021), o que demonstra inicialmente uma diferença importante na estrutura e organização política a nível municipal, bem como na quantidade de trabalhadoras/es assistentes sociais atuando nesses municípios.

O mapeamento realizado teve como ponto de partida o NUCRESS de Cornélio Procópio, por meio da indicação por representantes do colegiado do Núcleo, posteriormente com a autoindicação de profissionais no grupo de articulação dessa instância em aplicativo de troca de mensagens (*WhatsApp*), não restringindo a tipo de representação, tampouco a políticas sociais específicas.

Após esse levantamento inicial, utilizou-se das redes de contato das profissionais indicadas para alcance de outras profissionais que atuassem como conselheiras na região. Ainda ao final desse processo restavam municípios onde não haviam sido identificadas profissionais atuantes em conselhos, dessa forma, passou-se a realizar contato telefônico direto nas Prefeituras e Secretarias Municipais a fim de identificar as/os assistentes sociais do município e verificar se havia a atuação em conselhos municipais.

PROMOÇÃO



APOIO



Dos 20 municípios da região, em 17 compareceram a presença de assistentes sociais atuando como conselheiras/es, nos variados conselhos municipais, conforme demonstraremos na sequência, em 3 municípios não foram identificadas/os assistentes sociais conselheiras/os (Santa Amélia, Rancho Alegre e Congonhinhas).

Identificamos a atuação de 32 assistentes sociais nesses 17 municípios, que acumulam 71 representações em conselhos municipais diferentes, sendo eles: Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal de Saúde (CMS), Conselho Municipal da Pessoa Idosa (CMDPI), Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CMPDC), Conselho Municipal de Direito da Mulher (CMDM), Conselho da Comunidade (CC) e Conselho Municipal de Controle Social e Saneamento Básico (CMCSSB).

A participação no CMAS é a mais expressiva, sendo declarado por 25 profissionais, seguido pelo CMDCA com 16 assistentes sociais conselheiras/os, 13 no CMDPI, 6 no CMS e no CMDPCD, 3 no CMDM 1 no CC e apenas uma participação no CMCSSB.

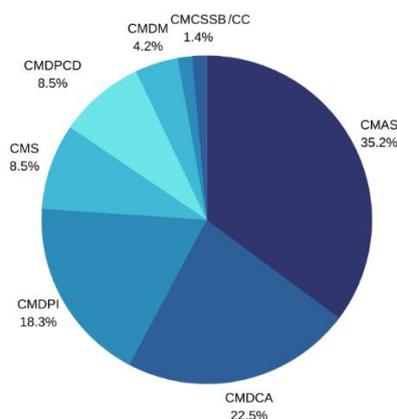


Gráfico 1: Inserção de assistentes sociais como conselheiras/os em Conselhos Municipais.

Podemos perceber a partir desse levantamento inicial que a inserção das/dos assistentes sociais nesse território acontece predominantemente em conselhos de políticas, ficando restrito a poucas a participação em conselhos de direitos.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

No que se refere ao tipo de representação há uma diversidade considerável, sendo que algumas profissionais no mesmo município participam de diferentes conselhos representando diferentes segmentos, somando 34 tipos de representação: 12 profissionais declararam representar as/os trabalhadoras/es, 11 representam a gestão, 10 representam a sociedade civil e apenas 1 profissional declarou representar o CRESS-PR, 4 profissionais não informaram o segmento que representam.

Sobre essa duplicidade de representação, percebemos que em alguns municípios a/o mesma/o profissional representa a sociedade civil em um conselho e em outro representa a gestão, sendo necessário aprofundar conhecimentos a respeito dessa realidade a fim de compreender melhor como se estabelece essa construção, bem como se é possível perceber mudanças nas defesas que ocorrem a partir das diferentes representações. diferentes

Outro dado bastante relevante se refere a quantidade de conselhos que as/os profissionais participam como conselheiras/os, tendo experiências em que a mesma profissional participa de 5 conselhos, sendo a única assistente social e em outro município podemos perceber no mesmo conselho a presença de 4 profissionais do Serviço Social. É sabido também que essa realidade não fica restrita apenas aos espaços de conselhos, sendo que em alguns municípios, acaba tendo apenas um/uma profissional do Serviço Social atuando como assistente social.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os conselhos são importantes instrumentos para a efetivação do controle social, conforme preconizado na nossa Carta Magna, são responsáveis por realizar a interlocução entre o poder público e a sociedade civil, oportunizando a construção de prioridades e de fiscalização das ações do poder público, por meio de prestações de contas e decisões de encaminhamentos de recursos. Porém, não devem ser tratados como única possibilidade para essa construção, sendo necessário a articulação com outras frentes de atuação para fortalecer a luta pela construção de um controle social que coloque a população no centro desse debate.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Mesmo com os limites históricos que se apresentam para a construção dos espaços de conselhos, a existência deles foi e é imprescindível para a construção de políticas sociais que deem respostas às demandas apresentadas pela população usuária dos serviços. Dessa maneira, reafirma-se a importância de aprofundar conhecimentos a respeito desses espaços, bem como a construção de estratégias que estejam direcionadas para o fortalecimento da participação social.

Frente aos desafios colocados aos espaços de conselhos municipais de políticas e de direitos, nos questionamos: Qual o papel da/o assistente social conselheira/o nestes importantes espaços de controle social? É possível, a partir dessa inserção, atuar em conjunto com as forças populares que compõem os conselhos? Quais os limites que se interpõem à dupla inserção que se apresenta na realidade da participação das/os assistentes sociais conselheiras/os.

Essas são algumas das questões que pretendemos, juntamente com essas/es sujeitas/os, evidenciar no processo de levantamento do perfil que dá sequência à pesquisa realizada e será motivo de outras publicações.

REFERÊNCIAS

BRAVO, M. I. S. **O Trabalho do Assistente Social nas Instâncias Públicas de Controle Democrático no Brasil**. In: CFESS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, DF, 2009.

_____. **Potencialização das Representações do Conjunto CFESS/CRESS nos Conselhos de Políticas e de Direitos**. In: CFESS. Seminário Nacional O Controle Social e a Consolidação do Estado Democrático de Direito. Brasília, DF, CFESS, 2011.

BRAVO, M. I. S.; CORREIA, M. V. C. Desafios do Controle Social na atualidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012.

CORREIA, M. V. C. **Que controle social? Os conselhos de saúde como instrumento**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



DURIGUETTO, M. L.; SOUZA, A. R.; E SILVA, K. N. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. **Rev. Katál.** Florianópolis. v. 12 n. 1 p. 13-21, jan/jun. 2009.

RAICHELIS, R. **Esfera pública e Conselhos de assistência social:** caminhos da construção democrática. 4. ed. - São Paulo, Cortez, 2007.

_____. **O Controle Social Democrático na Gestão e Orçamento Público 20 anos depois.** In: CFESS. Seminário Nacional O Controle Social e a Consolidação do Estado Democrático de Direito. Brasília, DF, CFESS, 2011.

SIMIONATO, I.; COSTA, C. R. Estado, luta de classes e política social. IN: OLIVEIRA, M.; BERGUE, S. T. (Orgs). **Políticas Públicas:** definições, interlocuções e experiências. Caxias do Sul, RS: Educus, 2012. p. 11-26.

SPOSATI, A. **Tendências latino-americanas da política social pública no século 21.** *Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, jan./jun. 2011.

TATAGIBA, L. **Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Democracia Participativa:** Aprofundando o Debate. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, 25, p. 209-213, nov. 2005.

YAZBEK, M. C. **O desafio da defesa das Políticas Públicas para o Serviço Social.** *Argumentum*, Vitória (ES), v. 8, n1, p. 16-13, jan/abr. 2016.

PROMOÇÃO



APOIO

